

Nota do organizador: Depoimento de Paulo Rosas, publicado no *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 19 -36.

O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR - MCP

Paulo Rosas

É quase um lugar-comum, em certos textos críticos, afirmar-se que a educação, no curso da História, tem sido um poderoso instrumento de fortalecimento das estruturas e valores estabelecidos pelas classes dominantes. Talvez por isso mesmo, por conhecerem seu poder, tanto maior quanto sirva, contraditoriamente, à propaganda e ao proselitismo, as classes dominantes a temem. E, porque a temem, controlam-na.

Sim, porque a educação pode ser tão poderoso instrumento de conservação das estruturas e valores, quanto de seu questionamento e reforma. E, se ela for coerente com os anseios que tão freqüentemente entre nós professa, de objetivar o desenvolvimento pleno das potencialidades da pessoa, terá uma inevitável vocação dialética - no sentido lógico do termo - mesmo autoquestionadora, quase "autofágica". Será, obrigatoriamente, anticonservadora.

Porque tais anseios são professados pelos educadores de modo quase romântico mas, embora cheguem a alcançar a chancela da lei, pelo menos em nossa realidade, de maneira alguma são absorvidos pelos poderes que controlam a educação, aquela vocação de fato inexistente ou, quando existe, cedo é eliminada ou a tempo mantida sob vigilância.

Assim, parece uma norma quase universal a ser obedecida pelos poderosos da História, no tocante ao uso dos recursos pedagógicos: antes de alcançar o poder, servir-se da educação para questionar o estabelecido e promover a reforma que lhe proporcionará o poder; uma vez no poder, servir-se da educação para fortalecer a nova ordem e bloquear seu questionamento. Na verdade, adota-se um modelo pelo menos na aparência tido como aberto, livre e crítico, no primeiro estágio. E, no segundo, um modelo fechado, controlador e acrítico. No primeiro, o povo deve conquistar o direito de questionar por si mesmo, divergir do estabelecido, indisciplinar-se, contribuir para a construção de um novo estado de coisas. No segundo, cabe ao povo respeitar e acatar a experiência das lideranças, admitir que outros sabem melhor o que lhe convém, obedecer às normas agora estabelecidas, jamais ser um obstáculo ao fortalecimento do novo estado de coisas.

Tais idéias aplicam-se às diversas modalidades da prática educativa. E, de modo bem marcante, à educação popular.

De maneira que a "educação popular" conduzida pelo poder estabelecido resulta quase sempre em educação para o povo. Isto é: educação que alguém, não exatamente o povo, seleciona para ser oferecida ao povo. A educação que convém ao povo. Ou que convém que o povo receba. O que convém que o povo receba de instrumental, para a comunicação. De treinamento, para o trabalho. De pensamento, para reforçar a ideologia oficial, a fidelidade à ortodoxia do poder.

Esta educação doada ao povo, como diria Paulo Freire, educação para o povo, não foi, com certeza, o modelo eleito pelos mais expressivos movimentos de educação popular que floresceram no Nordeste, nos primeiros anos da década de sessenta. Como escreve Lúcio Kreutz (1979, p. 33), "o princípio pedagógico subjacente à concepção de educação popular que visa ao encaminhamento de transformações quantitativas na ordem vigente é o processo de conscientização, inspirado na idéia de que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si."

Ao lado da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", do Movimento de Educação de Base (MEB) e de outros no gênero, o Movimento de Cultura Popular (MCP) é um exemplo desse esforço de se "educar entre si", de se evitar um modelo vertical de educação, de tomar como referências educativas as necessidades, os valores, a cultura do povo em um momento de sua história, em sua realidade social, econômica e política.

Hoje, refletindo sobre a experiência passada, a palavra "conscientização" é lembrada como a palavra de ordem fundamental. De certo, corria-se o risco, pelo constante uso, de banalizar o forte sentido pedagógico e ideológico de que se revestia. E não se pode afirmar que todos os participantes comprometidos com aqueles movimentos estivessem realmente comprometidos com a idéia que o termo conscientização envolve.

Mas, o que pretendeu ser o MCP? Quando, onde e por que foi criado? Como se desenvolveu? Respondeu a que problemas? Qual a significação que hoje deve ser atribuída ao MCP no seu tempo? Vale a pena tentar sua reabertura?

**PROBLEMAS A QUE RESPONDEU:
QUANDO, ONDE E POR QUE FOI CRIADO O MOVIMENTO DE CULTURA
POPULAR?**

Prefeito do Recife em 1959 e Governador do Estado de Pernambuco em 1963, Miguel Arraes, à maneira de outros tantos Prefeitos de Cidades como o Recife e Governadores de Estados como Pernambuco, enfrentava uma realidade econômica e social dramática. Realidade, como escreveu Germano Coelho (1961), representada por "seus mangues cobertos de mocambos", morros e alagados, onde proliferavam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Em sua maioria, os governantes da época prosseguiram buscando as soluções convencionais para o problema, soluções comprovadamente inócuas. Ou, talvez,

objetivassem outros fins, para cuja consecução fosse conveniente manter os mangues e alagados, conservar os mocambos afastados dos sobrados, evitar cautelosamente a erradicação do analfabetismo.

Em sua maioria, os governantes da época prosseguiram atacando de maneira convencional e inócua o problema que tinham a braços ou, matreiramente, reforçando os afastamentos entre ricos e miseráveis, entre sobrados e mocambos, entre doutores e analfabetos.

Alguns, e entre estes Miguel Arraes, equacionaram o problema de uma perspectiva diferente, privilegiando o povo e não uma camada já de si privilegiada. E, equacionando o problema de uma perspectiva em que o povo era levado em conta, partiram por caminhos novos, adotaram soluções criativas, pretenderam e por certo tempo conseguiram abalar as bases, senão econômicas, pelo menos instrumentais, das diferenças entre as diversas camadas da sociedade.

No caso do Recife e do Prefeito do Recife, depois, Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular foi o principal instrumento de ação. Precisando: o Movimento de Cultura Popular foi o principal instrumento de ação no campo cultural, estimulando o desenvolvimento intelectual e crítico da população. O que não quer dizer tenha sido o principal instrumento de ação de todo o governo de Arraes.

Arraes assumiu a Prefeitura do Recife com a firme intenção de realizar um governo de tendência popular - não Populista -, aberto a todas as forças atuantes na comunidade, organizadas ou não. E encontrou resposta, de início em um grupo de intelectuais, artistas e professores, desejosos de uma participação ativa no processo de mudança que então se iniciava, sem pretensões eleitorais e, quanto possível, sem se envolver diretamente na máquina administrativa convencional. E logo essa resposta era confirmada pelos estudantes e pelo próprio povo (1).

Havia entre os intelectuais, artistas e professores que se envolveram na criação e implantação do MCP um passado marcado pelo sentimento do homem e do social. Germano Coelho, seu principal ideólogo, vinha com sua esposa, Norma Porto Carreiro Coelho, de uma longa permanência em Paris, em contato com uma visão nova de sociedade, de educação e de cristianismo. Traziam todo o espírito de Boimondeau, **Peuple et Culture**, Le Bret, Dumazedier, Mounier, Freinet, o clima dos "kibutzin" de Israel. No Recife, Germano Coelho empolgara um grupo no sentido de vivermos em comunidade: a "Comunidade de Camaragibe" andou bem perto de ser realidade. Anita Paes Barreto, desde quase a adolescência vinculada à Psicologia e à Educação, formada intelectualmente sob a influência de Ulisses Pernambucano e ideologicamente sob a influência da filosofia social cristã, ligada a movimentos de ação católica e de atuação social da Igreja. Paulo Freire participara, como estudante, na Faculdade de Direito do Recife, do Movimento de Redemocratização de 45, e revelara toda a força de sua vocação educativa e capacidade de sentir e se comunicar com o povo, quando superintendente do SESI de Pernambuco, nos anos 50. Paulo Freire participara, igualmente, de

programas informais, alguns deles integrando a ação social de paróquias católicas, sobretudo centrado sobre a família planejando e dirigindo reflexões sobre a educação dos filhos. Sylvio Loreto, bacharel em Direito, já então interessado na Sociologia Educacional e da Família, tendo tido participação ativa na Juventude Universitária Católica e no Centro de Cultura e Ação Política. Geraldo Vieira, engenheiro, sempre voltado para as implicações humanas de sua profissão. Igualmente marcados pelo tom social e político de suas atividades profissionais: Arnaldo Marques, médico, professor da então Faculdade de Medicina da Universidade do Recife; Abelardo da Hora, escultor; Aluísio Falcão, jornalista. Silke Weber, egressa de liderança de JUC. De minha parte, também eu vinha da JUC. Pela JUC (Juventude Universitária Católica) colaborara na realização de alguns programas desenvolvidos por Paulo Freire no SESI (onde atuara Sylvio Loreto). E, depois da JUC, integrara sob a liderança de Carlos Maciel o Centro de Cultura e Ação Política.

Portanto, havia no Recife, ao tempo da criação do MCP, se assim posso dizer uma certa "força de trabalho" em disponibilidade. E o que foi muito importante, do ponto de vista pragmático: em sua maioria, os que compunham essa "força de trabalho" tinham atividade profissional definida, podendo formar os quadros iniciais do MCP como "voluntários" ou percebendo uma remuneração simbólica.

O povo, identificando uma linguagem diferente da costumeira, eleitoreira, respondeu de modo igualmente motivado à estimulação do Prefeito Miguel Arraes. E o povo participou do MCP não como usuário-passivo mas como usuário-construtor, usuário-participante, e, quase diria patrocinador, através da abertura de seus clubes de subúrbios, transformados em "núcleos de cultura" e centros de educação.

Deste modo, intelectuais de tendências ideológicas diversas e estudantes - sensibilizados pela dramática realidade que testemunhavam e o povo - que sofria essa realidade - insatisfeitos com o tratamento e as soluções convencionais que se dispensavam ao problema, reagiram com entusiasmo à convocação de Arraes. Pensavam que o ponto de partida seria a conscientização pelo povo de seus próprios problemas. Somente assim a habilitação para o trabalho deixaria de ser imposta para corresponder a uma necessidade sentida. Somente assim seria possível chegar o povo a participar da realidade política e de algum modo deixar de ser objeto de decisões de governantes para ser sujeito, agente, co-responsável por tais decisões. Pensavam que assim o povo poderia participar do equacionamento e decisão quanto às soluções para seus problemas. Muito mais do que alfabetização, pensava-se em competência social do homem de baixa renda, na preparação do homem para sair de sua miséria, para lutar pela melhoria de seu nível de vida.

Por conseguinte, o Movimento de Cultura Popular foi uma resposta ao desafio daquela problemática. Resposta que tentou reunir e, de fato, conseguiu por certo tempo reunir intelectuais, estudantes e povo, num esforço integrado por

compreender e pensar os caminhos para o problema-chave começar a ser resolvido de modo adulto.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO: O QUE FOI O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

O Movimento de Cultura Popular foi criado em maio de 1960 e teve por sede o Sítio da Trindade, em local muito caro aos pernambucanos: na Estrada do Arraial, o velho Arraial do Bom Jesus.

De acordo com o art. 1º de seu Estatuto, eram objetivos do MCP:

- “1 - Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2 - Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo;
- 3 - Proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4 - Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através de educação especializada;
- 5 - Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular”.

O Movimento de Cultura Popular tinha uma estrutura formal quase rígida. Além dos serviços administrativos, deliberativos, consultivos e executivos, o MCP contava com três Departamentos fundamentais:

- a - Departamento de Formação da Cultura (DFC);
- b - Departamento de Documentação e Informação (DDI);
- c - Departamento de Difusão da Cultura (DFC).

Enquanto o MCP existiu, o Departamento de Formação de Cultura foi o que desenvolveu a ação educativa mais criativa e o que mais empolgava. Cabia-lhe, de acordo com o art. 15º do Estatuto,

- 1 - Interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular;
 - 2 - Criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular;
 - 3 - Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura do povo.
- Compunha-se o Departamento de Formação de dez Divisões;
- 1 - Divisão de Pesquisa (Diretor: Paulo Freire)
 - 2 - Divisão de Ensino (Diretora: Anita Paes Barreto)
 - 3 - Divisão de Artes Plásticas e Artesanato (Diretor: Abelardo da Hora)
 - 4 - Divisão de Música, Dança e Canto (Diretor: Mário Câncio)
 - 5 - Divisão de Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa
 - 6 - Divisão de Teatro (Diretor: Luiz Mendonça)

- 7 - Divisão de Cultura Brasileira
- 8 - Divisão de Bem Estar Coletivo (Diretor: Geraldo Vieira)
- 9 - Divisão de Saúde (Diretor: Arnaldo Marques)
- 10 - Divisão de Esportes (Diretor: Reinaldo Pessoa).

Na prática, essas Divisões funcionavam através dos programas ou projetos especiais, executados sob a responsabilidade imediata de Coordenadores.

No Departamento de Formação da Cultura havia duas categorias de sócios: dirigentes e educadores. Por sua vez, os sócios dirigentes eram de início estagiários e, após pelo menos um ano, efetivos. O interessado em participar das atividades do Departamento como "sócio dirigente" deveria satisfazer as seguintes formalidades:

- 1 - apresentar títulos que para tanto o credenciassem;
- 2 - endereçar ao Presidente uma exposição de motivos de seu desejo de ingressar no MCP;
- 3 - submeter-se a entrevistas com o Presidente e com o Diretor da Divisão que pretendesse integrar;
- 4 - comprovar idoneidade moral;
- 5 - demonstrar algo seu tanto vago, que o Estatuto denominava "aptidão para estágio".

De modo geral, cada processo era de fato levado a sério, examinando-se cada candidatura e, cabendo a última palavra ao Presidente, cometendo-se, a meu ver, algumas recusas injustas.

Os sócios educadores formavam o corpo de "ensino": professores titulados e leigos, monitores, animadores de grupos. As Divisões e os Projetos atuavam sempre com expressiva participação de estudantes. Os estudantes eram reunidos em equipes, cada equipe com um monitor.

O Movimento de Cultura Popular proporcionou aos que nele trabalharam a oportunidade de exercer a criatividade pessoal, inclusive quanto à elaboração e aplicação de metodologias próprias, embora tais iniciativas fossem por vezes prejudicadas contraditoriamente pelo envolvimento a um tempo animador e obstaculizador das forças de base do MCP.

Neste sentido, e apesar do formal de sua organização e da ambivalente dinâmica constatada, o Movimento de Cultura Popular foi ou tendia a ser - um laboratório informal, onde novas técnicas poderiam ser facilmente experimentadas, com reduzidos entraves burocráticos e sem as limitações metodológicas da pesquisa acadêmica. Onde as técnicas convencionais de ensino tinham também seu lugar.

Com o objetivo de melhor informar sobre a metodologia de trabalho do MCP, tratarei como exemplos alguns projetos desenvolvidos pelas Divisões de Ensino e

de Pesquisa: a escolha é arbitrária, justifica-se por serem estas as Divisões sobre as quais no momento disponho de melhores informes.

Anita Paes Barreto estava à frente da Divisão de Ensino. Sua realização mais representativa consistiu na superação quase imediata do emperramento em geral constatado quanto à ampliação da rede escolar. Através de um sistema de treinamento bem conduzido, Anita conseguiu utilizar todo um potencial de "professores leigos", de modo a multiplicar rapidamente o número de turmas e de alunos. As salas de aulas foram igualmente multiplicadas a baixo custo: salões paroquiais, templos protestantes e espíritas, clubes e centros desportivos, carnavalescos e recreativos, residências, próprios municipais... Os professores recebiam treinamento inicial e eram cuidadosamente acompanhados. A seriedade com que os treinamentos eram realizados e a reciclagem quase constante asseguravam a boa qualidade do ensino e o respeito à palavra de ordem: conscientização.

Idênticos locais aos utilizados como salas de aulas embora não necessariamente os mesmos - eram aproveitados pelo Projeto de Educação pelo Rádio, coordenado por Norma Porto Carreiro Coelho. A implantação das "escolas radiofônicas" era precedida de um levantamento de locais ditos "com apetência" de classes noturnas. Jipes providos de alto-falantes conduziam estudantes que divulgavam o Projeto, ao mesmo tempo em que procediam ao levantamento do interesse de grupos de habitações próximas e inscreviam os que se decidiam a participar do programa, registrando o estágio de conhecimento em que se encontravam.

Os programas radiofônicos eram elaborados por uma equipe permanente e, quando visavam à alfabetização, tinham como referência o **Livro de Leitura para Adultos** - a "Cartilha", de autoria de Josina Godoi e Norma Coelho.

O Projeto de Educação pelo Rádio compreendia três variedades de "escolas":

a - Escola Radiofônica, cujos programas eram centrados sobre alfabetização, e complementados com educação de base e recreação - sempre sem perder de vista a idéia básica de conscientização;

b - Aperfeiçoamento, cujos programas abordavam conhecimentos de história, realidade brasileira e outros, e se destinavam a alunos já alfabetizados;

c - Escolas Experimentais, também com a finalidade de alfabetização, cujos alunos, por motivos diversos, não podiam acompanhar os programas pelo rádio (as "escolas experimentais" não estavam previstas no projeto original, foram criadas a partir de necessidades posteriormente sentidas).

Os programas eram transmitidos pela Rádio Clube de Pernambuco, diariamente, exceto às quartas-feiras e domingos, de 20.50 às 21.40 h. Aos sábados, os programas eram recreativos.

Os grupos de alunos eram animados por monitores (estudantes), treinados e acompanhados durante todo o ano pelos "supervisores", alguns também

estudantes mas já familiarizados com o Projeto. Os supervisores tinham por tarefas fiscalizar o trabalho dos monitores, proporcionar orientação pedagógica e estimular a conscientização. Já que não era possível utilizar o rádio às quartas-feiras, esse dia era aproveitado para debates e "círculos de estudos".

A Divisão de Pesquisa era dirigida por Paulo Freire. Seu trabalho é por demais conhecido para se justificar descrevê-lo aqui. Lembrarei, apenas, que muito importaram para seu ulterior desenvolvimento as práticas iniciais no Centro Dona Olegarinha, do MCP, e no SEC, da então Universidade do Recife. E direi algumas palavras sobre o programa de pesquisas, coordenado por mim. Entre os trabalhos então desenvolvidos, apenas um pequeno artigo, "Dois **Flashes** do Carnaval Pernambucano", conseguiu divulgação. Os demais, incluindo uma extensa pesquisa sobre "Um século de Carnaval" (1861-1961), uma outra sobre o conteúdo psicossocial dos "livros de sorte" e uma terceira, estudando o "índice de criticidade" - está dentro do programa das "Praças de Cultura" - , não sei que destino tiveram.

Quanto às "Praças de Cultura", integravam um projeto mais amplo, que denominei **Meios Informais de Educação**. Originara-se de um velho plano, de uma "Biblioteca Juvenil do Recife", elaborado em 1955 e apresentado ao Instituto Pernambucano de Estudos Pedagógicos em 1956. E agora, precisamente em 2 de fevereiro de 1961, propunha ao MCP. O Projeto **Meios Informais de Educação** deveria contar com os seguintes serviços:

- a - Praças de Cultura
- b - Bibliotecas
- c - Serviço de Radiodifusão da Cultura Popular.

Eram objetivos gerais, comuns a todo o Projeto:

- no plano imediato, desenvolver nas comunidades disposição para apreciar crítica e adequadamente, a leitura, o cinema, o rádio, a televisão e demais meios de comunicação coletiva;

- no plano mediato, melhorar qualitativa e quantitativamente o material disponível, sobretudo criando e executando ou interferindo sobre a programação acessível às populações da área.

As Praças de Cultura deveriam estimular a utilização do tempo livre em vista da aquisição de cultura, consciência do papel de cada indivíduo em sua comunidade e em sua família, e a formação de hábitos compatíveis com a vida social e com o cumprimento dos papéis sociais de cada um. Deveriam, ainda, as Praças de Cultura, desenvolver na comunidade a compreensão do binômio diversão-educação e enfatizar o papel de leitura como divertimento.

Às Bibliotecas caberia educar o gosto estético, iniciar quanto ao emprego de livros de referência, orientar em relação à elaboração de resumos, condensações,

compilações e fichas, estimular o desenvolvimento da vocação de escritores, valorizando, sobretudo, a literatura infanto-juvenil. No concernente aos adultos, as Bibliotecas pretendiam vir a ser centros de audiência de palestras sobre temas educativos.

Eram objetivos específicos do Serviço de Radiodifusão da Cultura Popular:

- a - Divulgar informações de interesse geral, bem como de caráter cultural e científico;
- b - Desenvolver o gosto e o hábito de ouvir boa música;
- c - Ser um instrumento de informação do Movimento de Cultura Popular e, em especial, das programações do **Projeto Meios Informais de Educação**.

Apenas as "Praças de Cultura" chegaram a funcionar: na minuta de convênio que seria celebrado entre o MCP e a Prefeitura já se falava em "Parques de Cultura". Ao se instalar a primeira Praça de Cultura, afastei-me do Projeto, que passou a ser coordenado por Silke Weber - de fato, Silke o assumira já havia algum tempo.

O Departamento de Documentação e Informação não alcançou o mesmo desenvolvimento do Departamento de Formação da Cultura. Deveria compor três Divisões:

- a - Divisão de Informação
- b - Divisão de Documentação
- c - Biblioteca

Na verdade, somente a Biblioteca funcionou regularmente.

O Departamento de Difusão da Cultura foi dirigido por Aluísio Falcão. Tinha por finalidades:

- 1 - Encaminhar aos órgãos de Direção e aos Departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular;
- 2 - Levar a orientação e os serviços dos órgãos de Direção e dos Departamentos de Formação da Cultura e de Documentação e Informação aos Núcleos e às Associações de Cultura Popular.

As Associações e os Núcleos de Cultura Popular eram o campo de trabalho do Departamento de Difusão da Cultura. Do ponto de vista administrativo, contava esse Departamento com duas divisões:

- a - Divisão de Coordenação
- b - Divisão de Obras.

Os Centros de Cultura eram coordenados por Zaira Ary.

Por sua natureza, o Departamento de Difusão da Cultura era o que poderia assumir, a curto prazo, resultados políticos mais expressivos. Em certo sentido, era o fiel da balança. Seu estilo de trabalho deveria, com o tempo, ser um importante indicador da fidelidade ou infidelidade do MCP a seus objetivos.

De tudo o que foi aqui descrito fica evidente que o Movimento de Cultura Popular pretendeu vir a ser, no Recife, uma universidade popular, onde o saber seria construído a partir de um intercâmbio dinâmico entre forças complementares: intelectuais, estudantes, povo. As divergências ideológicas de seus componentes, inclusive de seus fundadores, eram encaradas como um desafio à parte e como uma oportunidade de reflexão sobre propostas antagônicas, porque originadas de diferentes filosofias do homem. Tudo isso levava a impasses por vezes quase intransponíveis. Mas, levava igualmente a uma constante elaboração intelectual e a um exercício fecundo de amadurecimento pessoal.

Como se vê, seus objetivos eram fundamentalmente educativos.

Pensava-se que, através da educação, toda uma camada social e injustamente alijada do processo de desenvolvimento social e humano, sem acesso ao sistema de informação e crescimento de seus indivíduos, a não ser de modo bissexto e com o sacrifício de seus valores culturais, pudesse forçar a mudança no sistema econômico vigente e conquistar aquilo a que tinha direito. Pensava-se que tal objetivo jamais seria alcançado através apenas dos modelos convencionais de educação formal. A educação popular, esperava-se, seria o caminho a seguir.

Embora não houvesse intenção eleitoral - pelo menos de faixa considerável de seus componentes -, é óbvio que a ação do Movimento de Cultura Popular traria dividendos eleitorais. O que explica, sobretudo quando se desenhava a candidatura de Miguel Arraes ao Governo do Estado de Pernambuco, a intensa onda de críticas e mesmo de calúnias, algumas grotescas, de ameaças, nascidas de partidários de candidato que se opunha a Miguel Arraes: João Cleofas. "Antro de prostituição de mocinhas" - dizia um vereador em plena Câmara - para depois negar tudo aquilo, alegando equívoco dos ouvintes. Outro investia com acusações de natureza política e ideológica e prometia, se não pudesse provar o que dizia, dar um tiro na cabeça. Nada provou e continua vivo. Esqueceu a ameaça de autodestruição que fizera em face às câmaras de televisão. Ninguém, tampouco, exigiu que cumprisse a promessa.

As pressões continuaram em 62 e 63. Mouri Fernandes foi um adversário ferrenho do MCP, quando de sua passagem pela Prefeitura. Em 1962 João José da Silva, poeta popular, fazia a defesa do MCP em um memorável folheto de cordel: "Movimento de Cultura Popular: A voz do alfabetismo". Diz a certa altura:

"A Cultura Popular
é uma instituição
de ensino, não um time
de futebol ou gamão

que pega o seu jogador
com outro faz transação."

"Cinco praças de Cultura
já foram organizadas
em Casa Amarela, Iputinga,
duas já foram instaladas
Várzea, Beberibe e Torre
e três sendo inaugurada."

"Lembro ao prefeito interino
que seu projeto oriundo
contra este movimento
será um golpe profundo
e causará a revolta
nas quatro partes do mundo."

DESENVOLVIMENTO DO MCP

O projeto do MCP foi rapidamente dinamizado. Criado em 1960, em menos de três anos (dados de setembro de 1962) contava o Movimento de Cultura Popular entre suas realizações:

- 201 escolas, com 626 turmas;
- 19.646 alunos, entre crianças, adolescentes e adultos;
- uma rede de escolas radiofônicas;
- um centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantoches, pintura, desenho, estamparia, modelagem, gravura e escultura (destinado principalmente a especializar o professorado do próprio MCP);
- 452 professoras e 174 monitores, ministrando o ensino correspondente ao primeiro grau, supletivo, educação de base e educação artística;
- uma escola para motoristas-mecânicos;
- cinco praças de cultura; as praças em tela levam ao povo local bibliotecas, teatro, cinema, tele-clubes, música, orientação pedagógica, jogos infantis, educação física;
- Centro de Cultura Dona Olegarinha, no Poço da Panela, em colaboração com a Paróquia de Casa Forte, com tele-clubes, cursos de corte e costura, alfabetização e educação de base;
- círculos de cultura;
- galeria de arte;
- conjunto teatral, tendo encenado as seguintes peças: "Chapeuzinho Vermelho", de Paulo Magalhães; "Um menino nos foi dado", de Dom Marcos Barbosa; "A derradeira ceia", de Luiz Marinho; "Julgamento em Novo Sol", de Nelson Xavier, Boal, Trevisan, Caruso e Benedito Araújo; e a "Volta do Camaleão Alface", de Maria Clara Machado.

Diversos fatores contribuíram para o rápido desenvolvimento do Movimento de Cultura Popular.

Identifico como o primeiro deles o apoio que Miguel Arraes lhe dispensou e a esperança que Miguel Arraes despertava em numerosas e diversificadas faixas da população.

O segundo foi, a meu ver, o clima quase místico, dominante pela crença no potencial humano brasileiro e nordestino, sem ufanismos, sem "milagres", e que até certo ponto decorreu daquela esperança que Miguel Arraes despertava, até certo ponto era fruto do contagiante otimismo de Germano Coelho e ainda do espírito do tempo então reinante, com a SUDENE dos primeiros anos, a reforma universitária em perspectiva, a "inesperada primavera" que se adivinhava na ação da Igreja Católica no mundo, a partir do Papa João XXIII. De fato, o Concílio Vaticano II, encerrado em 1965, fora anunciado pelo Papa João XXIII desde 1959 e, no início dos anos sessenta, antes mesmo de sua abertura, em 1962, sob o impacto da Encíclica **Mater et Magistra** (1961) e, depois, da **Pacem in Terris** (1963), os católicos, creio que sobretudo os egressos dos movimentos de Ação Católica, nos sentíamos mais "desinibidos" em nossa ação social.

Um terceiro fator, em grande parte associado aos dois primeiros, contribuiu para a rápida ascensão do MCP: apesar das divergências ideológicas e talvez de propósitos, um denominador comum nos animava - a crença no programa em realização. Em outras palavras: éramos motivados a produzir o melhor e mais rápido que pudéssemos. Contudo, não havia acordo quanto ao conceito de "rapidez".

Para alguns era o imediato, apoiados que estavam na expectativa de também imediatas conseqüências sociais e políticas do programa do MCP. Enquanto para outros - entre os quais me encontrava - era a hipótese de que o trabalho intelectual ali produzido, a partir de experiências diversas e até contrastantes, terminaria por gerar novos comportamentos do homem, aspirações mais conscientes, uma melhor compreensão de suas potencialidades, uma nova atitude política e, só então, trazer conseqüências políticas concretas.

Não sei se isto estava assim claro para todos. Nem mesmo sei se estava assim claro para mim. Mas, refletindo à distância sobre o que me empolgou no MCP, percebo com clareza o que afirmei acima.

Miguel Arraes Governador, as possibilidades de expansão do MCP eram ainda mais amplas. Sua associação à "Promoção Social" - movimento que lhe era oponente na anterior administração do Estado de Pernambuco - estava em curso quando sobreveio sua extinção, em 1964, e o projeto ficou inconcluso. (2).

AValiação

Este depoimento deveria incluir uma avaliação do MCP. Entretanto, não disponho no momento dos indicadores que me autorizem sua avaliação segura. Aliás, tenho um projeto, juntamente com Anita Paes Barreto, de realizar uma pesquisa objetivando a reconstrução histórica do Movimento de Cultura Popular e, então, sua avaliação será possível. De minha parte, parece-me agora precipitado tecer considerações críticas a respeito de suas atividades (ensino, praças de cultura, teatro, pesquisas, núcleos de cultura...), de sua ideologia própria, da metodologia que se experimentava.

Não obstante, algumas considerações podem ser feitas.

Em primeiro lugar, o MCP, foi realmente, uma tentativa de se construir uma "universidade popular", preocupada tanto com a geração e a documentação da cultura quanto com sua difusão, creio que predominando um sentido puro de conscientização, a partir das descobertas dos grupos, e não com o objetivo de transmitir "verdades" pré-estabelecidas.

Como os demais movimentos de educação popular que floresceram no Nordeste, no início dos anos 60, o MCP exerceu um papel pelo menos estimulador de um novo posicionamento do homem de baixa renda e reduzida instrumentação intelectual e para o trabalho, em face de sua preparação para reagir a um estado de coisas, cuja tomada de consciência tornava sua manutenção insustentável.

Em segundo lugar, o MCP, ao tempo de sua extinção, em 1964, enfrentava uma difícil crise, decorrente do conflito entre os que objetivavam resultados políticos imediatos e os que pensavam em primeiro plano em elevação cultural do povo. Além disso, desde quase o seu início alguns obstáculos cresceram, decorrentes da própria dinâmica das relações interpessoais, em face de diferentes estilos de trabalho.

Em terceiro lugar, uma reflexão que é uma pergunta, que chega a uma resposta impossível de ultrapassar os limites do hipotético. Tivesse o MCP prosseguido em seu programa e outra tivesse sido a história política do Brasil nos últimos dezesseis anos, assumindo o poder ou nele se mantendo pessoas egressas de suas fileiras ou a elas de alguma maneira ligadas, qual teria sido o destino do MCP? Teria acompanhado a História, passando de agente de conscientização a agente de conservação das estruturas que tivesse ajudado a erigir? Teria subsistido? Seria acaso aceito, mantendo-se fiel a seu projeto original, prossequindo como questionador e permanente renovador dos novos modelos?

Tais perguntas não poderão encontrar respostas objetivas por parte dos movimentos de educação popular que floresceram no Brasil, nos primeiros anos de sessenta. E, no entanto, seria de inegável significação poder fazê-lo.

Em todo caso, cabe refletir sobre as duas hipóteses alternativas, de certo modo implícitas na indagação proposta. A primeira, supondo-se a generalização de uma

atitude permanente de conscientização, de se instaurar uma nova sociedade, quase utópica, deliberadamente dinâmica e autoquestionadora, renovando-se na medida em que alterações nas necessidades e valores fossem sentidas pela população. A segunda, a de que o MCP - igual a outros movimentos autenticamente voltados para conscientização popular, como uma elaboração pessoal e grupal e não como o resultado de uma pregação, proselitismo ou propaganda ideológica - seria extinto ou teria suas atividades coercitivamente controladas pelo novo poder - o que equivaleria, de resto, a uma modalidade de extinção.

De qualquer modo, penso que se o primeiro estágio fosse realizado com êxito e suficiente abrangência, de modo a desenvolver no povo uma atitude de busca permanente de conscientização, seria quase impossível conter o comportamento questionador e crítico da população em crescimento, sem a utilização de recursos coercitivos fortes. O que significa, pensando-se pragmaticamente, que movimentos como o MCP, objetivando a dinamização da cultura popular pela mobilização e conscientização populares, são instrumentos valiosos em períodos pré-revolucionários ou revolucionários, mas são obstáculos ao fortalecimento de uma nova ordem, ainda que estabelecida a partir dessa mobilização e dessa conscientização, salvo se esta nova ordem for definida em termos permanentemente dinâmicos. Isto é, quando as mudanças na ordem - ou sua manutenção por período considerável - dependam das necessidades sentidas pela população, e não de necessidades impostas ou doadas ou induzidas pelos encarregados de pensar **pelo** ou **para** o povo.

Finalmente, cabe indagar: em face das perspectivas atuais, qual é a valia do Movimento de Cultura Popular? Supondo que seja viável, vale a pena tentar reconstruí-lo?

Na minha opinião, nenhuma experiência pode ser repetida. Cada experiência, seja pessoal seja de intervenção social, é única. Não lembrava Heráclito que ninguém se banha duas vezes nas águas de um mesmo rio? Nem a experiência pode ser repetida por nós: já não somos os mesmos. Ou voltando a Heráclito, "somos e não somos". E ninguém pode repetir o Germano Coelho, o Paulo Freire, a Anita Paes Barreto, o Abelardo da Hora, o Aluysio Falcão, o Miguel Arraes de 1962, 63, nem eles próprios.

Mas, o MCP pode ser útil ainda hoje pelas pistas deixadas pelo que fez, pelo que quase fez, por sua incompleta teorização, por sua metodologia que ficou a meio caminho. Não creio que valha a pena tentar reconstruí-lo. Mas, creio, sim, que vale a pena, à luz de seus acertos e desacertos, à luz de novas percepções da realidade, promover novas experiências de educação popular. Experiências que, como no Sistema Paulo Freire, sejam intransigentemente fundadas na conscientização, construídas com e pelo povo, em lugar de impostas ou oferecidas ao povo.

Viver é perigoso - repetia Diadorim. Educar é perigoso. Isto é: educar, educar-se na dinâmica interpessoal é abrir mão da espúria educação estática e necessariamente conservadora. É admitir que, se ninguém melhor do que eu mesmo para equacionar meus problemas e descobrir meus caminhos, pouco poderei fazer se trabalhar fechado em minha concha. De outra parte, ninguém melhor que o próprio povo para equacionar seus problemas e descobrir seus caminhos.

NOTAS

(1) Em sua conferência sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) realizada na 32ª Reunião Anual da SBPC, o professor Luís Eduardo Wanderley analisou os objetivos, práticas e tendências do MEB, entre 1961 e 1964, a partir da realidade social subjacente na passagem dos anos 50 para os 60. A partir das tendências para a consolidação do capitalismo monopolista e modernização da produção industrial e dos conflitos entre a burguesia internacional e a burguesia nacional, entre a burguesia do Centro-Sul e a do Nordeste, entre uma consciência popular em ascensão e a burguesia em geral. Da tendência para a hegemonia política das camadas populares, em conflitos com pressões externas. Da tendência para expressivas mudanças na hegemonia cultural em conflito entre a educação convencional e a cultura popular que se organizava. Da tendência para uma teologia da libertação, em consonância com a afirmação de uma Igreja Popular, resultando em conflito entre o laicato conservador e a Igreja.

A abordagem do professor Luís Eduardo Wanderley foi muito feliz e me parece válida para a compreensão do MCP e dos demais movimentos de educação ou de cultura popular nos anos sessenta – ponto de vista igualmente esposado pelo professor Moacyr de Góes, quando de sua apresentação da Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" na 32ª Reunião Anual da SBPC.

De minha parte, focalizo o MCP de um outro ângulo: as pessoas que se "engajaram" na fundação ou participaram dos primeiros momentos do MCP estavam previamente motivadas para trabalhar em contato com o povo.

(2) De acordo com Sebastião Uchoa Leite (1965), existiam em funcionamento no Brasil movimentos ou centros de cultura popular, com diversificada denominação, nos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Bahia, Guanabara, Estado do Rio, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

COELHO, Germano (1961) **Movimento de Cultura Popular**. In: Estatuto do Movimento de Cultura Popular. Recife, MCP, mimeografado.

KREUTZ, Lúcio (1979) **Os movimentos de educação popular no Brasil 1961-64**, FGV /IESAE, Rio de Janeiro, mimeografado.

GODOY, Josina e Coelho, Norma P. Carrero (1962) **Livro de Leitura para Adultos**. Recife. MCP.

MCP (1961) **Estatuto**, Recife, MCP, mimeografado.

MCP (1962) "Do Movimento de Cultura Popular ao Povo" - In: **Jornal do Comércio**, Recife, 02 de setembro de 1962.

MCP (1962) **Relatório do Projeto de Educação pelo Rádio** (1962). Doc. datilografado.

ROSAS, Paulo (1960) Planejamento Básico do Projeto Meios Informais de Educação. Doc. Datilografado.(1962) **"Dois Flashes do Carnaval Pernambucano"**. Trabalho realizado pelos pesquisadores do MCP, sob a coordenação de Rosas, Paulo. Publicado sem assinatura, pelo MCP. Recife, mimeografado.

LEITE, Sebastião Uchoa (1965) "Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica". In: **Revista Civilização Brasileira**, 1 (4) 269-288.

Comunicação apresentada na 32ª Reunião Anual da SBPC (Rio de Janeiro, julho de 1980), na mesa redonda sobre "Educação Popular, Nordeste, início dos anos 60", realizada sob o patrocínio da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
--